

CONSELHO GERAL

Ata Número Quarenta e Nove

----- Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efetuada a trinta de novembro do ano de dois mil e dezassete. -----

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, folha que faz parte integrante desta ata. -----

----- Nesta reunião registou-se a ausência, previamente justificada, da senhora conselheira Ana Isabel Moniz e dos senhores conselheiros António Almeida, António Trindade, Carlos Valente, Mikhail Benilov e Viriato Soromenho Marques. -----

----- Nesta altura registou-se ainda a ausência temporária do Sr. Conselheiro Marco Nascimento e da Sra. Conselheira Margarida Pocinho. -----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da ata número quarenta e oito do Conselho Geral**. Neste ponto o Sr. Presidente informou os senhores conselheiros de que havia recebido um pedido de alteração à redação da ata formulado pelo Sr. Reitor, pedido este que foi aceite e previamente divulgado, conforme se lê abaixo: -----

----- Onde se lia: *O Senhor Reitor deu conta da participação da Universidade da Madeira nas seguintes reuniões: Reunião Cimeira Ibérica; Reunião com os Presidentes dos Institutos Politécnicos; Reunião da Macaronésia; Reunião das Equipas Reitorais Açores e Madeira e Reunião do CRUP - CRUE.* -----

----- Lê-se agora: *O Senhor Reitor deu conta da participação da Universidade da Madeira na reunião conjunta do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE), que teve lugar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD), a vinte e oito e vinte e nove de maio de dois mil e dezassete e informou, ainda, que se encontram previstas reuniões, no Funchal, quer do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), quer do CRUP, bem como reuniões dos Reitores das Universidades da Macaronésia e das Equipas Reitorais das Universidades dos Açores e da Madeira.* -----

----- O Sr. Presidente perguntou aos senhores conselheiros presentes se tinham alguma outra alteração a propor. Nada havendo a registar, foi a ata submetida a votação e ratificada por maioria, com onze votos a favor, duas abstenções e zero votos contra. ---

----- **Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Informações**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a prestar ao Conselho o conjunto de informações a que se propôs, como abaixo listado: -----

----- a) Sobre o Concurso Nacional de Acesso – que, no final das três fases, a Universidade da Madeira tinha tido uma ligeira redução em relação aos dois anos anteriores (respetivamente quinhentos e vinte, em dois mil e quinze/dezasseis; quinhentos e dois, em dois mil e dezasseis/dezassete; e, quatrocentos e oitenta e cinco em dois mil e dezassete/dezoito), podendo alguns cursos ter sofrido o impacto das recentes alterações da sua designação, ainda não terem sido assimiladas; -----

----- b) *Free-State* – que dos setenta e cinco estudantes inicialmente previstos, apenas trinta e cinco integraram este ano os cursos da Universidade da Madeira, continuando as negociações a decorrer para que a UMa mantenha o processo de acolhimento destes estudantes internacionais. Neste ponto foi o Sr. Reitor congratulado pela forma como a receção e o acolhimento tem estado a decorrer, tendo no entanto sido alertado para o problema do ensino em duas línguas, nomeadamente em anos avançados e para uma atenção cuidada relativamente ao *background*, no ensino, destes estudantes. -----

----- c) Relatório de Atividades do Provedor do Estudante – tendo-se disponibilizado o documento e tendo sido acolhida a perceção do mesmo foi, pelos senhores conselheiros solicitada uma cuidada revisão e correção dos gráficos e quadros existentes; -----

----- d) Avaliação Institucional da UMa pela A3ES – nesta visita de avaliação institucional, não foram ouvidas entidades externas, ou representantes dos trabalhadores não docentes da Universidade da Madeira. Das notas avançadas, a Comissão de Avaliação Externa considerou que havia sobreposição dos Conselhos Pedagógicos transversais face aos Conselhos Pedagógicos das Unidades Orgânicas e que, o Conselho Geral intervém em situações em que consideram que o Reitor tem autonomia de decisão. Foi salientado que os estudantes defenderam a Universidade na qualidade da Escola, do seu corpo docente e das cantinas. Aguarda-se agora o Relatório desta visita; -----

----- e) Orçamento do Estado para 2018 – que a grande preocupação é, o cumprimento pela tutela, do acordo assinado em julho último, uma vez que as Universidades ainda não receberam o reforço relativo a dois mil e dezassete. Há necessidade de garantir que a Universidade veja assegurada a verba necessária para

fazer face ao impacto financeiro de alterações legislativas ocorridas. Neste ponto, o debate foi alargado e o Sr. Reitor prestou todos os esclarecimentos entendidos por necessários. Tendo concluído, o Sr. Presidente convidou os membros do Conselho a prestarem as informações que tivessem por convenientes e necessárias. O Sr. Reitor quis ainda informar os senhores conselheiros de que a Universidade tinha atribuído, na Cerimónia de Abertura do Ano Académico, um Doutoramento Honoris Causa a Xanana Gusmão; que a treze de novembro último se havia realizado na Universidade da Madeira uma reunião do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e uma Cimeira das Reitorias das Universidades da Madeira e dos Açores, que vivem realidades e problemas idênticos e que procuram reunir esforços, tentando encontrar soluções para o bem comum de ambas as instituições. Foi oportunamente distribuído um memorando à Academia sobre a cimeira entre as duas Universidades; que a decisão do Tribunal de Contas não foi favorável, em alguns aspetos, aos demandados do processo relativo à reposição, pelos responsáveis, de verbas consideradas indevidamente pagas a docentes da UMa; que a avaliação dos docentes, que está a decorrer, entre dezembro e janeiro entrará na fase de validação dos dados pelos próprios; e, que se congratula por a Associação Académica da UMa, ter ganho o Prémio Voluntariado Universitário Santander Universidades dois mil e dezassete, pelo seu projeto “Herança Madeirense”. -----

----- Não tendo havido mais informações a prestar, por nenhum dos senhores conselheiros, o Sr. Presidente do Conselho Geral deu continuação à ordem de trabalhos.

----- **Ponto três da ordem de trabalhos, Designação do representante do Conselho Geral na Comissão de Acompanhamento do Sistema Interno de Garantia da Qualidade.** Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral explicou ao Conselho, que este órgão teria de propor, tal como previsto no Manual da Qualidade recentemente aprovado, um seu representante, avançando com a designação da Sra. Conselheira Ana Maria Costa Jardim de Azevedo. Convidada a manifestar-se no sentido da sua escolha e tendo reiterado a vontade e disponibilidade já expressa, foi pelos senhores conselheiros presentes solicitado que a votação nominal fosse, esta e todas as restantes, por escrutínio secreto, havendo necessidade de se elaborarem os respetivos boletins de voto. Efetuada a votação foi a Sra. Conselheira Ana Maria Costa Jardim de Azevedo eleita por unanimidade - **deliberação número duzentos e dez/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto quatro da ordem de trabalhos, Nomeação do Provedor do Estudante.** Neste ponto foi, pelo Sr. Presidente do Conselho Geral, solicitado ao Sr. Reitor que

explanasse a respetiva proposta de nomeação. O Sr. Reitor explicou, que considerou que o Sr. Doutor João Gabriel Jardim Caldeira havia cumprido bem o seu primeiro mandato, e que, tendo este se mostrado disponível para continuar, fora ouvido o Senado, que aprovou por unanimidade a proposta da sua continuação no cargo por mais um mandato. Contrariamente ao defendido pelo Sr. Reitor, alguns senhores conselheiros revelaram-se insatisfeitos com a proposta apresentada, nomeadamente no que concerne ao exercício do primeiro mandato, tendo o seu sentido de voto ficado expresso no resultado. Não obstante, foi a proposta de nomeação do Sr. Doutor João Gabriel Jardim Caldeira, para Provedor do Estudante da Universidade da Madeira, votada e aprovada por maioria, com dez votos a favor, duas abstenções e três votos contra - **deliberação número duzentos e onze/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Audição do Conselho Geral sobre a proposta para Presidente do Conselho de Cultura**. Neste ponto, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Reitor, que explanasse ao Conselho a proposta apresentada. O Sr. Reitor explicou que, na sequência do pedido de demissão apresentado pela Sra. Presidente em exercício e recentemente nomeada, a Sra. Professora Doutora Idalina Sardinha, teve de aceitar a sua saída e, em conjunto com o Vice-Reitor com o pelouro da Cultura, após consultar outros colegas, personalidades, ou responsáveis na área, nomeadamente a Faculdade de Artes e Humanidades, decidiu convidar o Sr. Professor Doutor Vítor Manuel Ornelas Magalhães, que se disponibilizou para a função. Ouvidos alguns senhores conselheiros sobre o trabalho já desenvolvido pelo docente da UMa, nomeadamente na qualidade de coordenador do Clube Universitário de Cinema, que integra aquele órgão, foi a proposta de nomeação pelo Sr. Reitor, do Sr. Professor Doutor Vítor Manuel Ornelas Magalhães para Presidente do Conselho e Cultura da Universidade da Madeira, votada e aprovada por unanimidade – **deliberação número duzentos e doze/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Fixação das propinas para o ano letivo dois mil e dezoito/dois mil e dezanove**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a explicar as propostas apresentadas. O Sr. Reitor explicou ao Conselho que, à parte a proposta apresentada e aprovada no Senado e que ali trazia para o ano letivo de dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, considerando-se a situação atual da Venezuela e a política a este respeito seguida por algumas outras Universidades, em relação aos estudantes internacionais oriundos de países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, tendo em conta uma proposta nesse sentido recebida da Presidente da Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia, colocou à consideração do

Conselho Geral a possibilidade de uma redução de cinquenta por cento do valor da propina para alunos oriundos da CPLP, bem como para os alunos oriundos da República Boliviana da Venezuela. Tendo sido objeto de forte e alargado debate foi, por unanimidade, decidido não aprovar, de momento, as duas propostas de redução da propina, devendo este assunto poder voltar a ser discutido mais tarde após uma necessária maturação e procura de soluções de outra ordem. -----

----- Neste momento registou-se a ausência temporária do Sr. Conselheiro António Reis.-- -----

----- De seguida foi, a proposta apresentada e aprovada em Senado, como abaixo se transcreve, objeto de votação e aprovação por maioria, com nove votos a favor, duas abstenções e três votos contra: -----

----- *Os montantes anuais das propinas, para o ano letivo 2018/19, são fixados nos valores abaixo descritos¹:* -----

----- *Cursos técnicos superiores profissionais: 700,00 €* -----

----- *1.ºs ciclos de estudos: o valor que seja fixado como o valor da propina máxima para os 1.ºs ciclos de estudos em 2018/19.* -----

----- *2.ºs ciclos de estudos:* -----

----- *a) Mínimo – igual ao valor das propinas dos 1.ºs ciclos de estudos em 2018/19; -*

----- *b) Máximo – 4000,00 €;* -----

----- *c) Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, poderá variar entre os valores mínimo e máximo referidos.* -----

----- *3.ºs ciclos de estudos:* -----

----- *a) Mínimo – 1500,00 €;* -----

----- *b) Máximo – 5000,00 €;* -----

----- *c) Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, poderá variar entre os valores mínimo e máximo referidos.* -----

----- *Outros ciclos de estudos e programas de formação não conferentes de graus, com duração igual ou superior a 60 ECTS:* -----

----- *a) Mínimo – valor igual ao valor das propinas dos 1.ºs ciclos de estudos em 2018/19;* -----

¹ Os montantes indicados poderão não se aplicar a cursos alvo de protocolos específicos.

----- b) O valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, deverá ter em conta os custos envolvidos, não podendo ser inferior ao valor mínimo referido.

----- Estudantes internacionais²: -----

----- a) 1.^{os} ciclos de estudos – 4000,00 €; -----

----- b) 2.^{os} ciclos de estudos – 4000,00 €; -----

----- c) 3.^{os} ciclos de estudos – igual ao valor da propina do estudante nacional.

Número máximo de prestações para o pagamento do montante anual das propinas: dez (10). -- -----

----- **Deliberação número duzentos e treze/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto sete** da ordem de trabalhos, **Orçamento para 2018 e sua distribuição interna**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou a Sra. Administradora da Universidade da Madeira, Doutora Susana Teles, a apresentar o documento em discussão e o Sr. Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira, Dr. Ricardo Gonçalves, a estar presente para o caso de ser necessário algum esclarecimento adicional. O Orçamento para dois mil e dezoito e a sua distribuição interna foram apresentados pela Sra. Administradora da Universidade da Madeira e largamente debatidos pelos senhores conselheiros que, genericamente, expressaram a sua indignação face ao montante global atribuído à Universidade da Madeira. Alguns conselheiros mostraram ainda, o seu descontentamento, sobre a forma como este montante foi distribuído pelas Faculdades e alguns serviços, congratulando-se contudo pelo caminho que está a ser traçado no sentido de se implementar, na UMa, a contabilidade analítica. -----

----- Registou-se, neste momento a saída dos senhores conselheiros André Barreto e António Reis. -----

----- O documento apresentado foi votado e aprovado por maioria, com onze votos a favor, zero abstenções e dois votos contra. A esta ata anexam-se as declarações de voto da Sra. Conselheira Margarida Pocinho e do Sr. Conselheiro Luiz Lopes - **deliberação número duzentos e catorze/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto oito** da ordem de trabalhos, **Outros Assuntos**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral perguntou aos senhores conselheiros presentes se tinham

² Os montantes indicados poderão ser reduzidos no âmbito de protocolos específicos, mas não poderão ser inferiores ao valor das propinas dos estudantes nacionais e dos estudantes provenientes de outros Estados da União Europeia.

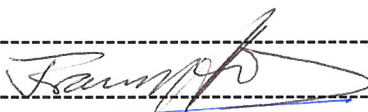
algum outro assunto que gostassem que fosse abordado no Conselho. Nesta altura foram solicitadas, ao Sr. Reitor, informações sobre as responsabilidades a atribuir aos responsáveis pela falha na contratação de uma empresa de limpeza para o Campus da Penteada, falha essa que durou entre julho e setembro de dois mil e dezassete e que fez com que a Universidade fosse alvo de sérias críticas na comunicação social. O Sr. Reitor informou que, em última instância, a responsabilidade seria sempre sua e que agradecia o empenho de todos aqueles que contribuíram para que o problema fosse sanado com a celeridade possível, num processo destes. -----

----- Neste momento registou-se a saída do Sr. Conselheiro António Pereira. -----

----- Ao Sr. Reitor foi ainda perguntado se as verbas que envolviam os alunos do Free State estavam já em posse da Universidade da Madeira, tendo o Sr. Reitor respondido que tinha informação de que já se encontravam na posse da Embaixada da África do Sul, em Portugal, as verbas para o pagamento da primeira prestação acordada. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho Geral perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da ata, produzindo esta efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes. Nestes termos, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei. -----

Francisco José Vieira Fernandes -----



Teresa Maria de Moura Portugal Norton Dias -----



Declaração de Voto

Declaro que votei contra o ponto 7 "Orçamento para 2018 e sua distribuição interna" da ordem de trabalhos da reunião no dia 11 de dezembro de 2017 do Conselho Geral da Universidade da Madeira pelos seguintes motivos.

Em termos gerais, a situação financeira da UMa é grave, com a acumulação de sucessivos prejuízos económicos de montante materialmente relevante que, sem inversão da tendência, conduzirão ao colapso económico e financeiro da UMa. Eis alguns exemplos desta situação: (a) Receitas próprias inferiores a 30% do Orçamento global; b) Prejuízo económico previsto de 1.165.553€, numa continuação da deterioração de fundos próprios da UMa; c) Redução de quase 40% nas receitas previstas nos projetos cofinanciados pela EU (situação particularmente grave, uma vez que estes são obtidos em condições de concorrência internacional, sendo indicador da qualidade da investigação desenvolvida nas Universidades / Centros de Investigação); e (d) A dotação inicial do OE representa cerca de 65% do Orçamento global. Na generalidade, a apresentação do orçamento para 2018 e sua distribuição interna não foi sensível à gravidade da situação financeira da UMa. É um orçamento que não serve do ponto de vista estratégico o interesse coletivo da comunidade educativa (alunos, docentes, investigadores e funcionários) nem está orientado para o futuro da UMa.

Em termos mais específicos, após análise e debate do Orçamento para 2018 e sua distribuição interna durante a reunião, não foi clara a justificação do Magnífico Reitor Professor Doutor José Carmo, dum aumento de 161,17% da distribuição orçamental pelos "centros de custos da reitoria e outros". Especificamente, no que se refere aos centros de custo "reitoria", "gabinete de apoio à Reitoria" e "Vice-Reitoria Relações Externas e Comunicação", os valores da despesa sobem de 41 500 Euros em 2017 para 61500 Euros em 2018, o que perfaz um aumento de 48,19% em 2018 face a 2017.

Funchal, 11 de dezembro de 2017

O membro do Conselho Geral



(Margarida Maria Ferreira Diogo Dias Pocinho)

DECLARAÇÃO DE VOTO

Apresento a seguinte Declaração relativamente ao meu **voto contra o Orçamento para 2018 e sua distribuição interna**, ponto 7 da ordem de trabalhos da reunião do dia 11 de Dezembro de 2017 do Conselho Geral da UMa, que, sem entrar em questões mais específicas, igualmente relevantes, fundamenta-se essencialmente nas seguintes considerações:

1. Constata-se uma dependência demasiadamente elevada (cerca de 65%) do OE nas receitas da UMa, ao contrário do que acontece na generalidade das universidades públicas portuguesas, nas quais a dotação do OE é inferior a 60% do orçamento global.
2. Verifica-se, igualmente, uma previsão de receitas próprias inferiores a 30% das receitas totais, proporção esta demasiadamente baixa quando comparada com proporções superiores a 35% para a maioria das universidades públicas portuguesas, o que revela uma marcante incapacidade da UMa em gerar receitas próprias, situação esta que, aliada ao acúmulo de prejuízos significativos e a uma previsão de redução de cerca de 40% das receitas oriundas de projectos co-financiados pela UE, pode pôr em causa a sustentabilidade da Instituição a médio prazo se tal tendência não se inverter.
3. Observa-se ainda que a distribuição interna dos recursos apresentada não parece se basear em nenhuma estratégia positiva para a Instituição, nem parece ter em conta a grave situação financeira da UMa, não sendo aceitável, por exemplo, que, numa Universidade, os recursos destinados à assessoria jurídica igualem ou superem aqueles destinados aos conselhos de curso, colégios e faculdades, o que claramente compromete a razão de ser da sua existência, nomeadamente o ensino, a investigação científica e a prestação de serviços à comunidade em que está inserida.

Funchal e UMa, 11 de Dezembro de 2017.



Luiz Carlos Guerreiro Lopes